



CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

A reforma do óbvio: que 2026/2027 seja o ano de passar dos diagnósticos às decisões

**Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação
Fernando Alexandre,**

No momento em que estamos prestes a iniciar mais um ano letivo, há uma pergunta inevitável: quantos diagnósticos mais são precisos fazer para resolver os problemas da Educação?

Os problemas estão identificados, estudados, quantificados e repetidos há anos em relatórios nacionais e internacionais, debates, conferências, estudos e sucessivos anúncios de medidas. Sabemos que faltam professores, que o corpo docente envelheceu e a profissão perdeu atratividade, que existem escolas onde faltam assistentes operacionais, psicólogos, técnicos especializados e outros profissionais. Sabemos que a burocracia ocupa demasiado tempo, que a sobrecarga de trabalho pesa no quotidiano, que a indisciplina e a violência preocupam, cada vez mais, quem trabalha nas nossas escolas, que existem carreiras que precisam de ser valorizadas e remunerações que não correspondem às qualificações e responsabilidades exigidas.

Portugal não tem, de todo, um problema de diagnóstico na Educação. Tem um problema de decisão. E talvez tenha chegado o momento de o assumir e de fazer do ano letivo 2026/2027 o ano em que começamos efetivamente a transformar aquilo que sabemos ser necessário em decisões capazes de resolver os problemas.

Os resultados da Consulta Nacional realizada pela FNE e pela AFJET no final do ano letivo 2025/2026 ajudam a perceber a dimensão do desafio. Há, desde logo, um dado que deveria merecer uma reflexão profunda: 95,3% dos professores dizem gostar da sua profissão, mas 71% afirmam que não incentivariam um jovem a escolher a carreira docente. Os professores continuam, portanto, a gostar de ensinar; o que está em causa são as condições em que exercem a profissão e a perspetiva que têm sobre o seu futuro.

Os restantes resultados ajudam a compreender este aparente paradoxo. 72% consideram que a carreira docente não é atrativa e 91,1% entendem que a remuneração não está ao nível das qualificações e competências que lhes são exigidas. Quase 40% referem dificuldades financeiras associadas às deslocações necessárias para trabalhar. Ao mesmo tempo, 98,5% manifestam preocupação com o excesso de trabalho e a carga burocrática, 73,6% consideram as tarefas burocráticas inúteis ou pouco úteis e, para 44,7%, a quantidade de trabalho burocrático aumentou relativamente ao ano anterior.



Também a indisciplina apresenta sinais que não podemos desvalorizar: 97% dos docentes manifestam preocupação com o comportamento dos alunos e 53,8% consideram que a indisciplina em sala de aula aumentou relativamente ao ano anterior.

Estes números evidenciam a necessidade de produzir ações concretas. É importante discutir, entre outros assuntos, a inteligência artificial, a inovação pedagógica, a digitalização, os currículos, a avaliação, a autonomia, os modelos de gestão e as novas formas de organização da Escola. A Educação não pode ficar parada enquanto o mundo muda, mas não podemos perder de vista uma evidência: nenhuma plataforma substitui um professor, nenhum algoritmo acompanha uma criança como um educador, nenhuma reforma curricular funciona sem profissionais motivados e nenhuma escola é verdadeiramente inclusiva, segura e capaz de responder aos seus alunos se não tiver docentes, assistentes operacionais, assistentes técnicos, psicólogos, técnicos especializados e todos os restantes trabalhadores de que necessita.

É esta, Senhor Ministro, a reforma do óbvio que Portugal continua a adiar: colocar as pessoas no centro da política educativa e reconhecer que não haverá uma escola melhor enquanto não existirem melhores condições para quem nela trabalha e estuda.

Há anos que discutimos a falta de professores e o envelhecimento da profissão e, perante a emergência, multiplicam-se mecanismos destinados a encontrar candidatos para colocar nas escolas. Algumas respostas conjunturais são necessárias, naturalmente. O problema surge quando confundimos a gestão da emergência com a resolução das suas causas. Se queremos ter professores daqui a cinco, dez, ou vinte anos, temos de ser capazes de responder de forma convincente a uma pergunta muito simples: porque deve um jovem escolher ser professor?

Sabemos que é uma profissão que exige elevada qualificação, enormes responsabilidades e formação permanente, pelo que tem de se garantir uma carreira compatível com essa exigência. Tem de proporcionar estabilidade e permitir construir um projeto de vida sem passar anos entre contratos, horários incompletos, centenas de quilómetros e rendas incontroláveis. Tem de assegurar remunerações capazes de competir com outras profissões que exigem qualificações semelhantes, garantir uma progressão justa, reduzir a burocracia que retira tempo ao essencial e organizar os horários de trabalho de forma a reconhecer, com rigor todo o trabalho que os professores efetivamente realizam, muito além das horas passadas em sala de aula. Tem igualmente de criar condições efetivas para a fixação dos profissionais, proteger e reforçar a autoridade dos professores, enfrentar seriamente a indisciplina e a violência e permitir que quem dedicou uma vida inteira à Educação possa chegar ao final da carreira com dignidade.

A falta de professores não começa quando uma sala de aula fica sem docente. Começa muito antes, quando uma profissão deixa de ser suficientemente atrativa para ser escolhida. Continuar a procurar novas formas de preencher horários sem atacar as razões pelas quais faltam candidatos pode ajudar a gerir a emergência, mas não resolve o problema estrutural. E aquilo que dizemos sobre os professores tem necessariamente de ser dito sobre os restantes profissionais.

As escolas funcionam porque existem assistentes operacionais que acompanham os alunos e asseguram diariamente inúmeras tarefas essenciais, assistentes técnicos que garantem o funcionamento administrativo, psicólogos, terapeutas, técnicos especializados e outros profissionais cuja intervenção é cada vez mais necessária numa escola confrontada com desafios sociais, emocionais e educativos profundamente diferentes dos de há algumas décadas.

Não podemos querer escolas mais inclusivas, mais seguras e mais capazes de responder à diversidade dos alunos e, simultaneamente, continuar a tratar muitos destes profissionais como uma variável de ajustamento orçamental. Precisamos de trabalhadores suficientes, de estabilidade, de formação, de carreiras valorizadas e de remunerações compatíveis com a responsabilidade das funções desempenhadas.

Sabemos que tudo isto custa dinheiro. Melhorar salários custa dinheiro, valorizar carreiras custa dinheiro, contratar mais profissionais custa dinheiro, reduzir a precariedade custa dinheiro, melhorar condições de trabalho custa dinheiro, investir na formação custa dinheiro e criar incentivos à fixação de professores onde são necessários também custa dinheiro. Não vale a pena fugir desta discussão. Mas talvez tenhamos passado demasiado tempo a fazer a pergunta errada. A verdadeira pergunta não é quanto custa investir na Educação, mas quanto custa ao país continuar a não o fazer.

Quanto custa ter alunos sem professores durante semanas ou meses, permitir que as desigualdades educativas se aprofundem ou perder profissionais experientes porque chegaram ao limite? Quanto custa formar professores que depois abandonam a profissão ou procuram outras oportunidades? Quanto custa não conseguir atrair uma nova geração para a docência ou manter milhares de docentes ocupados com burocracia que consideram pouco útil em vez de lhes devolver esse tempo para ensinar e acompanhar os alunos? Quanto custa uma escola sem recursos suficientes para prevenir dificuldades, apoiar alunos vulneráveis e responder atempadamente a problemas de indisciplina, violência, abandono ou insucesso? E, sobretudo, quanto custará tudo isso à economia e à sociedade portuguesa daqui a dez ou vinte anos?

A Educação não é apenas uma rubrica do Orçamento do Estado. É uma das principais infraestruturas estratégicas de um país. Estradas, aeroportos, hospitais, energia, tecnologia e redes digitais são fundamentais para o desenvolvimento, mas nenhuma economia moderna e competitiva existe sem pessoas qualificadas para a construir. A Educação custa dinheiro, mas a falta de Educação custa incomparavelmente mais.

É por isso que precisamos de confrontar uma contradição que atravessa há demasiado tempo o discurso político português. Todos dizem que a Educação é uma prioridade. Dizem-no governos, partidos, autarcas, empresários, sindicatos e a própria sociedade. Se assim é, temos de estar preparados para a tratar como uma prioridade nacional. Porque uma prioridade não se mede pelo número de vezes que aparece num discurso; mede-se pelas escolhas que fazemos quando os recursos são limitados.

Não podemos continuar a dizer aos profissionais da Educação que são fundamentais e pedir-lhes permanentemente que façam mais com menos. Não podemos elogiar os professores e esquecer as suas condições de trabalho. Não podemos afirmar que os assistentes operacionais são indispensáveis e manter escolas a funcionar no limite. Não podemos defender a inclusão sem garantir psicólogos e técnicos suficientes, nem exigir excelência oferecendo condições que demasiadas vezes apenas permitem a sobrevivência. Valorizar as pessoas não pode continuar a ser uma formulação bem-intencionada dos programas políticos; tem de ter tradução nos salários, nas carreiras, nos horários, nos rácios, na formação, na estabilidade profissional e nas condições concretas existentes em cada escola.

Senhor Ministro, a FNE não lhe dirige esta carta para acrescentar mais um diagnóstico aos muitos que já existem. Dirige-a porque acredita que temos a oportunidade de fazer diferente e porque entende que o ano letivo 2026/2027 deve marcar uma mudança de atitude: menos tempo a repetir aquilo que sabemos e mais capacidade para decidir sobre aquilo que precisa de ser feito.

A FNE continuará disponível para construir esse caminho, negociar e apresentar propostas responsáveis, exequíveis e capazes de conciliar a valorização dos profissionais com a sustentabilidade das políticas públicas. Mas o diálogo social não pode significar uma sucessão interminável de reuniões, calendários negociais, documentos e intenções sem tradução concreta na vida das pessoas. Negociar tem de servir para decidir e decidir tem de servir para mudar e implementar.

Não esperamos que num único ano sejam resolvidos problemas que se foram acumulando durante décadas. Seria pouco sério afirmá-lo. Mas é legítimo exigir que 2026/2027 seja o ano em que os profissionais da Educação possam perceber, através de decisões concretas, que estamos finalmente a enfrentar as causas dos problemas e não apenas a gerir as suas consequências.

Podemos começar mais um ano letivo voltando a identificar os mesmos problemas, criando novos grupos de trabalho, produzindo novos documentos, anunciando programas e apresentando novas medidas. Ou podemos fazer de 2026/2027 o ano em que começamos verdadeiramente a resolver aquilo que já sabemos que precisa de ser resolvido, passando dos diagnósticos às decisões, dos anúncios às concretizações e das palavras à valorização efetiva de quem todos os dias faz a Educação acontecer.

Se a Educação é verdadeiramente uma prioridade nacional, este tem de ser o ano em que essa prioridade se traduz em medidas concretas, capazes de produzir mudanças efetivas e de ser positivamente sentidas por quem todos os dias trabalha nas nossas escolas.

Porque o futuro de Portugal não começa num discurso, num programa de Governo ou numa conferência de imprensa. **Começa todos os dias dentro de uma escola e começa, inevitavelmente, com os que lá trabalham e estudam.**

Porto, 1 de setembro de 2026

Secretariado Nacional

Federação Nacional da Educação – FNE

www.fne.pt



Federação Nacional da Educação
Rua Pereira Reis, 399 | 4200-448 Porto
Tel: +351 225 073 880
Email: secretariado@fne.pt | www.fne.pt